



XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XVI ENANCIB)
ISSN 2177-3688

GT 2 – Organização e Representação do Conhecimento
Pôster

REPRESENTAÇÃO DE ASSUNTO EM DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS¹²

SUBJECT REPRESENTATION IN ARCHIVAL DOCUMENTS

Luciane Paula Vital, UFSC
luciane.vital@ufsc.br

Marisa Brascher, UFSC
marisa.brascher@gmail.com

Resumo: Aborda a organização e representação da informação na arquivística, desenvolvidas especificamente no processo de descrição. Discorre sobre a abordagem pós-moderna na arquivologia e a relação com os modelos conceituais de representação. A pesquisa está em andamento e objetiva discutir as especificidades dos modelos conceituais aplicados aos documentos arquivísticos no contexto pós-moderno e propor bases teóricas e metodológicas para o uso dos modelos na representação de assunto de documentos arquivísticos. Apresenta a fundamentação teórica da atividade de Descrição Arquivística e dos processos de organização e representação da informação. Propõe como metodologia a pesquisa bibliográfica e a análise de conteúdo, na busca de um quadro conceitual que explicita as relações semânticas propostas pelos modelos conceituais e os atributos da entidade assunto em documentos arquivísticos.

Palavras-chave: Descrição arquivística. Documento arquivístico. Modelos conceituais.

Abstract: Addresses the organization and representation of information in archival, developed specifically in the description process. Talks about the postmodern approach in archival science and the relationship with the conceptual representation models. The research is ongoing and aims to discuss the specifics of the conceptual models applied to archival documents in the postmodern context; and propose theoretical and methodological bases for the use of models in the subject representation of archival documents. It presents the theoretical foundation of Archival Description of activity and organization processes and representation of information. It proposes as methodology the bibliographical research and the analysis of content in the search for a conceptual framework that explains the semantic relationships proposed by conceptual models and the attributes of the subject entity in archival documents.

Keywords: Archival description. Archival document. Conceptual models.

¹ O conteúdo textual deste artigo, os nomes e e-mails foram extraídos dos metadados informados e são de total responsabilidade dos autores do trabalho.

² Pesquisa de doutorado em andamento, sem qualificação, não apresenta resultados.

1 INTRODUÇÃO

A organização e representação da informação na arquivologia são desenvolvidas, especificamente, nos processos de classificação e descrição. A classificação diz respeito à ordenação física e intelectual dos documentos, de forma hierarquizada e explicitando as relações entre eles. Já a descrição arquivística diz respeito à organização e representação da informação e objetiva gerir e recuperar os documentos. O processo de representação de assunto em documentos arquivísticos ocorre, especialmente, na descrição arquivística. Essa atividade é respaldada por uma norma internacional, a Internacional Standard Archival Description - ISAD (G) (1994) e uma norma nacional, a Norma Brasileira de Descrição Arquivística - Nobrade (2006). A descrição arquivística é definida na ISAD (G) (2000, p.4) como,

A elaboração de uma acurada representação de uma unidade de descrição e suas partes componentes, caso existam, por meio da extração, análise, organização e registro de informação que sirva para identificar, gerir, localizar e explicar documentos de arquivo e o contexto e o sistema de arquivo que os produziu.

Percebemos nessa definição que o processo de descrição é um processo de organização e representação da informação apresentada nos documentos. A Nobrade, no nosso entendimento, avançou nessa questão em relação à norma internacional, já que incluiu a área de pontos de acesso e indexação de assuntos, além da área de Âmbito e Conteúdo. Dessa maneira, considera, também, a representação temática como forma de acesso à informação, além de entender a descrição como uma possibilidade objetiva de recuperação, por meio de pontos de acesso.

A arquivologia, nesse trabalho, é abordada na pós-modernidade, que apresenta um novo contexto de produção, organização e representação dos documentos arquivísticos, “O documento é um sinal, um significante, uma construção mediada e em constante mudança, não um receptáculo vazio no qual atos e fatos são derramados”(COOK, 2012, p. 131). Ou seja, considera a intencionalidade e os contextos que permeiam o registro das informações que constituirão um documento.

A representação de assunto em documentos arquivísticos, como nos parece, carece de aprofundamento teórico e da apropriação das discussões já desenvolvidas na Ciência da Informação no que tange a dinâmica dos documentos digitais e as possibilidades de relacionamentos entre eles. Os modelos conceituais, desenvolvidos em ambientes automatizados apresentam a perspectiva de relacionamentos semânticos dinâmicos. Evidentemente, devem ser consideradas nesse processo as especificidades da arquivística, como, por exemplo, o fato de um documento ser o resultado de atividades, ações de uma instituição e servirem como provas dessas, além de manterem relações entre si que necessitam

ser explicitadas.

Nesse sentido, essa pesquisa é norteada pela seguinte questão: os modelos conceituais fornecem subsídios que podem contribuir com a representação de assunto em documentos arquivísticos? Para respondê-la, estabelece como objetivos: analisar a aplicabilidade dos modelos conceituais para a representação de assunto em documentos arquivísticos, buscando discutir as especificidades dos modelos conceituais aplicados aos documentos arquivísticos no contexto pós-moderno; verificar a adequação dos pressupostos metodológicos dos modelos conceituais aos documentos arquivísticos; e, ao seu término, propor bases teóricas e metodológicas para o uso dos modelos conceituais na representação de assunto de documentos arquivísticos.

2 DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA

É necessário definir o conceito de Descrição Arquivística (DA) para entendê-la em todas as fases documentais. Lopes (2009, p.358), em uma perspectiva integrada, afirma que, a descrição é vista como “resultado do conjunto geral de procedimentos que começa no diagnóstico e continua ao longo das idades, ganhando maior detalhamento e complexidade nos arquivos permanentes.” A DA perpassa as atividades de classificação, na fase corrente e de avaliação documental, na fase intermediária. Lopes (2009, p. 312) afirma, ainda, que “[...] o trabalho do arquivista é o de representar ideologicamente as informações contidas nos documentos. As operações de natureza intelectual são, sem exceção, de natureza descritiva.” Oliveira (2012, p. 60), defende a descrição arquivística como uma atividade de pesquisa, particularmente nos arquivos pessoais, e considera que, “ a descrição arquivística é uma representação produzida pelo arquivista, decorrente de um processo de pesquisa, com metodologia própria da área, que objetiva a produção de conhecimento sobre um determinado arquivo e o seu acesso.” Lopes (2009) e Oliveira (2012) apontam a participação ativa e parcial do profissional nesse processo.

A arquivologia, especialmente na década de 80, tinha uma carência de normas e padrões na Descrição Arquivística, com a justificativa da unicidade do documento arquivístico, essas vinham sendo deixadas de lado e sendo perpetuadas práticas descritivas idiossincráticas (WEBER, 1989).

Autores como Miller (1990, p. 30 apud DURANTI, 1993), em meio às discussões de normas em diferentes países, inclui elementos a considerar nessa atividade, “DA é o processo de captura, comparação, troca, análise, controle e provimento do acesso a informações sobre: 1) a origem, contexto e proveniência de diferentes conjuntos arquivos; 2) sua estrutura de

arquivamento; 3) sua forma e conteúdo 4) suas relações com outros arquivos e 5) as maneiras (formas) que podem ser encontrados e usados.” Weber (1989) destaca que, se o propósito da DA é prover acesso aos materiais, então os padrões para essa atividade são regras e especificações que prescrevem métodos de produção uniforme e consistentes, assim como resultados ou produtos para serem usados para prover esse acesso, aqui considerados universais.

A ISAD (G) é considerada generalista e no Brasil, foi desenvolvida, a partir dela, a Norma Brasileira de Descrição Arquivística - NOBRADE (2006, p.18). Essa última apresenta, uma nova área de descrição, área de pontos de acesso e descrição de assuntos, “onde se registram os termos selecionados para localização e recuperação da unidade de descrição”. A DA vista como uma forma de representação dos documentos, e não como seu resultado (instrumentos de descrição), é assim definida por Heredia Herrera (1991, p. 300):

La descripción es el puente que comunica el documento con los usuarios. En la cabeza del puente está el archivero que realiza una tarea de análisis que supone identificación, lectura, resumen e indización que transmite al usuario para que éste inicie la recuperación en sentido inverso a partir de los índices.

É possível perceber o espaço que a representação de assunto recebe no contexto da descrição arquivística, sendo considerada uma forma de acesso aos documentos, e também por esse motivo, sendo alvo de aprofundamento teórico.

Na arquivística pós-moderna é apresentado um novo contexto de produção, organização e representação dos documentos arquivísticos, o entendimento de que,

Um documento, assim, deixa de ser um objeto físico para virar um "objeto" conceitual de informação, controlado por metadados, que virtualmente combina conteúdo, contexto e estrutura para fornecer evidências de atividade ou função de algum criador. Além disso, como seu uso e o contexto muda ao longo do tempo (incluído uso de arquivo), os metadados mudam e o documento e seu contexto são continuamente renovados. Eles já não são fixos, mas dinâmicos. O documento arquivístico não é mais um objeto passivo, um “registro” de uma evidência, mas um agente ativo desempenhando um permanente papel nas vidas dos indivíduos, organizações e da sociedade (COOK, 2012, p. 144)

O documento eletrônico tem exigido, de forma mais incisiva, uma representação dinâmica, com a construção de relacionamentos A representação desse 'novo' documento requer o posicionamento do profissional da informação, assumindo a arbitrariedade que o processo de organização e representação da informação pressupõem.

3 ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Os processos de organização e representação da informação (ORI) são considerados fundamentais como meios de fornecer acesso aos recursos de informação, em todos os suportes.

Proporcionam a criação de uma estrutura conceitual e a descrição de objetos informacionais para a recuperação. O desenvolvimento de modelos e metodologias de organização e representação da informação implica em maior qualidade na recuperação da informação.

Partindo da análise realizada por Bräscher e Café (2008), no sentido de discutir as conceituações referentes à organização e representação da informação, abordaremos as definições. Para as autoras (2008, p. 5),

A organização da informação é, portanto, um processo que envolve a descrição física e de conteúdo dos objetos informacionais. O produto desse processo descritivo é a representação da informação, entendida como um conjunto de elementos descritivos que representam os atributos de um objeto informacional específico.

E complementam dizendo que, no contexto da organização e representação da informação, o objeto é o registro da informação, estando, portanto, no mundo físico.

Entendemos que a organização e representação da informação acontecem na arquivística e são desenvolvidas de acordo com o contexto, configurando-se em um processo complexo, levando em consideração que os documentos de arquivos e, conseqüentemente, a informação vinculada a eles, precisam expressar a estrutura e funções que o originaram, sendo assim, dependentes do contexto.

Nos processos de ORI, os modelos conceituais buscam estabelecer relacionamentos entre conceitos, tendo como base a abordagem entidade-relacionamento. Dentre os modelos, temos o Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade Assunto - FRSAD, que tratam especificamente dos relacionamentos entre assuntos de uma obra. Assim, o FRSAD é o modelo que abrange o objetivo dessa pesquisa e será alvo da análise em busca de elementos que permitam sua relação com a representação de assunto de documentos arquivísticos.

Essa constatação interliga os processos de organização e representação da informação propostos pelos modelos conceituais com as necessidades de relacionamentos entre documentos que o contexto pós-moderno apresenta. Elementos de conteúdo, contexto e estrutura do documento arquivístico, podem, por meio dos relacionamentos semânticos nos modelos conceituais, ser desenvolvidos em ambientes digitais.

3 METODOLOGIA

Os modelos conceituais possuem bases teóricas e metodológicas na literatura da Ciência da Informação. Assim, esse estudo se propõe a explorar essas bases com o objetivo de sistematizá-las a fim de relacionar com a representação de assuntos em documentos arquivísticos. Essa temática não dispõe de um conjunto de conhecimentos consolidados, sendo

assim, a forma mais adequada de proceder é a da exploração e análise da literatura, com o objetivo de realizar inferências. Esses aspectos caracterizam o cunho qualitativo e exploratório deste estudo. Configura-se em uma pesquisa bibliográfica, que se utilizará da Análise de Conteúdo como metodologia procedimental. Bardin (2010, p.40) define análise de conteúdo como

[...] um conjunto de técnicas de análise de comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdos de mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

O autor também organiza a análise de conteúdo em três etapas, nessa ordem: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

A pesquisa bibliográfica tem como objetivo levantar as características da representação de assunto de documentos arquivísticos no contexto pós-moderno e, a partir delas, relacionar com as possibilidades que o modelo conceitual FRSAD apresenta. Em consonância com os objetivos desse trabalho, as etapas de análise de Bardin permitem construir, com o devido rigor científico, as inferências que nos possibilitariam responder a questão proposta, se os modelos conceituais apresentam pertinência no processo de representação de assuntos em documentos arquivísticos.

4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A representação de assunto em documentos arquivísticos é uma temática que apresenta carência de discussões teóricas e metodológicas. É possível verificar na literatura que autores da área apresentam essa preocupação (OLIVEIRA, 2012; RIBEIRO, 2005; CAMPOS, 2006), o que evidencia a importância desse processo na recuperação da informação, especialmente quando tratamos de documentos digitais. O contexto de criação do documento arquivístico (jurídico, administrativo, histórico) é muito importante para compreendê-lo e garantir sua autenticidade.

Modelos conceituais aprofundam abordagens que objetivam explicitar as relações entre os conceitos para qualificar suas representações e, conseqüentemente, a recuperação da informação, tendo como objetivo o estabelecimento de relacionamentos entre conceitos, de forma dinâmica. Essa pesquisa se propõe a entrelaçar os objetivos dos modelos conceituais, especificamente o FRSAD, com as necessidades do documento arquivístico, em um contexto pós-moderno, que exige mudanças e adaptações na garantia da representação e autenticidade dos conjuntos documentais.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2010.

BRÄSCHER, Marisa; CAFÉ, Ligia. Organização da informação ou organização do conhecimento?. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANCIB/USP, 2008.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. **NOBRADE**: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/nobrade.pdf>>. Acesso em: 04 jul. 2012.

CAMPOS, Maria Luiza de Almeida. Indexação e descrição em arquivos: a questão da representação e recuperação de informações. **Arq. & Adm.**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, jan./jun. 2006.

COOK, Terry. Arquivologia e pós-modernismo: novas formulações para velhos conceitos. **Informação arquivística**, Rio de Janeiro, RJ, v. 1, n. 1, p. 123-148, jul./dez. 2012.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAD(G)**: norma internacional de descrição arquivística. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000. (Publicações técnicas, n. 49). Disponível em: http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/isad_g_2001.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2012.

DURANTI, L. Origin and development of the concept of archival description. **Archivaria**, n. 35, p. 47-54, Spring, 1993.

HEREDIA HERRERA, A. **Archivística general**: teoría y práctica. 5. ed. Sevilla: Diputación de Sevilla, 1991.

LOPES, Luis Carlos. **A nova arquivística na modernização administrativa**. 2. ed. Brasília: Projecto Editorial, 2009.

OLIVEIRA, L. M. V. de. **Descrição e pesquisa**: reflexões em torno dos arquivos pessoais. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.

RIBEIRO, Fernanda. Organizar e representar a informação: apenas um meio para viabilizar o acesso? **Ciência e Técnicas do Patrimônio: Revista da Faculdade de Letras**, Porto, v. 4, p. 1-22, 2005.

WEBER, Lisa B. Archival description standards: concepts, principles and methodologies. **American Archivist**, v. 52, Fall, 1989.